



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATA Nº 05 /2017-AP

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO MUNICIPAL DE GESTÃO EM SAÚDE DO 1º QUADRIMESTRE DE 2017 RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

No dia seis (06) do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às 10h no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, foi aberta a presente audiência pública, para apresentação do Relatório Municipal de Gestão em Saúde do 1º Quadrimestre de 2017 e Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior. A presente audiência foi presidida pelo Vereador Erroldisnei Borges de Borges, Presidente da Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Planejamento, Fiscalização e Controle. Presentes a Secretária Municipal de Saúde Sra. Miriam Lisiane Radtke Neutzling e da servidora Josiane Pereira de Souza e o Vereador César Madrid. Ao iniciar a presente audiência o Presidente deu ciência das razões da mesma, sendo em decorrência à solicitação contida no ofício nº 93/2017-SMS, da Secretaria Municipal da Saúde. Informou que a Câmara Municipal emitiu Edital nº 007/17 – AP, bem como foi divulgado no site e no mural oficial da Câmara de Vereadores para que a comunidade se fizesse presente, conforme cópias que integram a presente ata. O Vereador Erroldisnei Borges de Borges ao abrir a presente audiência registrou e agradeceu a presença da Secretária Municipal da Saúde e da servidora, concedendo tempo inicial de dez minutos para explanação da Secretária, oportunidade em que questionou sobre a falta de medicamentos na farmácia do município. A Secretária respondeu que no momento existem cerca de quarenta medicamentos faltantes, mas que a relação de medicamentos somam cerca de duzentos, e que todos foram solicitados para compra. Que será feita reunião com os médicos para passar a listagem dos medicamentos existentes na farmácia municipal para que diminuam os processos judiciais por falta de medicamentos prescritos. Informou que para cada município é estabelecida uma listagem de medicamentos específica sendo necessário reavaliá-la para que não vençam alguns medicamentos e outros faltem. Sobre o CAPS será feito levantamento do que será gasto no mês para ser feito orçamento para três meses para não chegar a faltar, demanda reprimida nas unidades para que a farmácia tenha o controle do estoque. Ver. Erroldisnei questionou sobre os repasses do Estado. A Secretária informou que o Governo do Estado deve cerca de dois milhões para a saúde do município e que estariam aguardando até o mês de agosto quando haverá uma reunião dos secretários municipais de saúde com autoridades estaduais para depois verem se entrarão via judicial. Ver. Madrid, Perguntou quais as áreas afetadas pela falta de repasse. Resposta: Que todas as áreas eram afetadas. Ver. Erroldisnei, questionou o posicionamento do Executivo quanto a situação do Hospital de Caridade. A Secretária disse que tem a informação de que o Estado não estaria mais repassando verbas se não houver contrapartida do Hospital. Ver. Madrid, disse que vem analisando a atuação do Hospital do Município de Piratini desde o mês de janeiro, dizendo que foi buscar paciente da Baixada do Rodeio para levar a Piratini fazer um procedimento que havia sido agendado no Hospital de lá, mas que chegando lá o paciente não foi atendido porque o médico emitiu um laudo que não estariam fazendo cirurgias ambulatoriais. Secretária informou que a partir semana as cirurgias ambulatoriais começarão a ser feitas no Pronto Atendimento novamente. Ver. Madrid, disse que os pacientes estariam voltando de Piratini do mesmo jeito e por isso entrará em contato solicitando para o Governo do Estado informações do que foi pago este ano para o Hospital de Piratini que é a referência para esses atendimentos na região. algumas localidades estariam aguardando a vinda de médicos para completar as equipes de atendimento, mas que na cidade as equipes

estariam todas formadas citando os distritos que também estariam nessas condições. Falou sobre as unidades de atendimento do interior que possuem pouca demanda de atendimento e que estariam tentando centralizar nos locais com maior movimento para que não se tornasse dispendioso ao município a manutenção dos mesmos, visto que em alguns casos o atendimento chega a ser feito somente uma vez a cada quinze dias. Que existem dificuldades na contratação de um número maior de profissionais devido ao índice da folha de pagamento e por isso estariam aguardando os índices desse primeiro trimestre. A seguir, o Vereador Erroldisnei sugeriu que fosse trazida para o município uma unidade da “Casa Vida” para dar apoio aos familiares e aos pacientes que necessitam de tratamento periódico. Não havendo mais questionamentos e nem dúvidas diante dos relatórios que foram apresentados, o Vereador Erroldisnei agradeceu a atenção dos representantes do Executivo e declarou encerrada a presente audiência pública, sendo que a relação dos presentes consta de livro próprio na página 126 (cento e vinte seis), e eu Maribel Rios – Oficial Legislativa lavrei a presente ata que será assinada pelo Presidente da Comissão de Finanças.//

Vereador Erroldisnei Borges de Borges
Membro da Comissão de Finanças, Economia,
Orçamento, Planejamento, Fiscalização e Controle.